

A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O Alcácer e o Castelo de Viseu (século XII - XIV)

As VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais foram o mote para o aperfeiçoamento do nosso interesse pela catedral de Viseu, não só como habitante de uma cidade estruturada no delineamento da arquitectura deste edifício, mas também como investigador que, no prolongamento do curso de mestrado em história da arte, pôde começar a percorrer um caminho de maior proximidade com o espaço ocupado pela Sé viseense.

Actualmente somos induzidos para uma historiografia da cidade de Viseu que se consolida nos diversos estudos até agora publicados, faltando contudo realizar uma leitura diacrónica da sua história, o que tem dado origem a hiatos de tempo histórico inexplicados e ignorados por sucessivos autores, que não raras vezes decidem tomar por dogma a palavra de outros. Não é o nosso objectivo realizar esse trabalho, porque seria uma tarefa hercúlea, mas sim, e indo ao encontro do objecto desta comunicação, tentar suprir uma lacuna temática e cronológica, dando início ao estudo das origens de um espaço de múltiplas funções, onde predominou ao longo dos séculos a Sé catedral sobre todas as outras construções a elas anexas.

Pela actual configuração arquitectónica edificada no Adro da Sé, com a catedral e suas dependências fruto de reformas sucessivas encetadas durante séculos, nada nos leva a imaginar que um dia, tenha sido uma estrutura defensiva muçulmana e, após a reconquista da cidade em 1058, o local onde foi construído o castelo românico, em associação com o paço condal e a Sé, tais foram as transformações que ao longo do tempo se operaram no conjunto¹.

A inexistência de estudos recentes, associada à falta de uma rigorosa intervenção arqueológica e a algum desinteresse por parte da historiografia nacional, continua a conduzir os historiadores, arqueólogos e historiadores da arte para análises, por vezes meramente conjecturais, elaboradas por investigadores locais entre as últimas décadas de 30 e 70.

* Mestrando em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a dissertação “Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História. A Sé de Viseu”.

¹ Em relação à forma como se procedeu a conquista do território português pelos muçulmanos, assim como toda a sua organização territorial e administrativa, cf. Christophe Picard, “Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle): l’Occident d’al-Andalus sous le domination islamique”, Paris, Maisonneuve et Larousse, 2000; e Helena Catarino, *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*, 3 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1997.

Ao tomarmos contacto com a bibliografia ainda mais recuada, é impossível passarmos ao lado da obra de Manuel Botelho Ribeiro Pereira publicada em 1630, que constitui a primeira resenha histórica sobre Viseu. Para além de fundamental, ao relatar os principais acontecimentos que legitimam a fundação da cidade, somos levados para um entusiasmado e por vezes inflamado discurso capaz de induzir em erro os historiadores mais incautos. No entanto, a obra deste autor seiscentista transmite informações importantes, que não podemos deixar de ter em conta, e que os estudos realizados durante o século XX vêm corroborar como mais à frente verificaremos.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho é necessário ter em atenção algumas referências cronológicas elaboradas sobre a cidade ao tempo das invasões árabes. Adiantando aquele autor que durante quatro momentos Viseu esteve sob dominação muçulmana, a saber, 716-734, 757-803, 811-842 e 999-1038. Portanto, seguindo esta cronologia, entre conquistas e reconquistas, Viseu esteve sob domínio muçulmano pouco mais de um século e meio. Desde logo devemos ter em consideração que durante este período teve obrigatoriamente que existir uma empresa construtiva na cidade imposta pela ocupação muçulmana e cristã, o que nos leva a equacionar algumas questões: onde residem os vestígios dessa época? E o que se passou depois da reconquista? Como se organizou a arquitectura no espaço agora ocupado pela catedral?

Regressando ao pensamento de Manuel Botelho Pereira, este autor conta que logo após a conquista definitiva da cidade por Fernando Magno procedeu-se ao restauro dos danos provocados pelo assalto e que “somente o castello ficou em seu vigor com as duas antigas torres Romanas”². Sendo assim, fica já o indicativo da existência de uma fortificação conotada com o período romano ao tempo da conquista.

Depois de Seiscentos, só a partir do século XIX se iniciará toda uma produção historiográfica que rompe pelo século XX, na qual vamos encontrar informações mais detalhadas acerca da ocupação do espaço actualmente ocupado pelo Adro da Sé.



Figura 1. Vista aérea da catedral. DGEMN

² Cf. Manuel Botelho Ribeiro Pereira, *Dialogos moraes e políticos*, Viseu, Junta Distrital, 1955, pp. 292-294.

Francisco Manuel Correia no seu manuscrito sobre a história da cidade e da evolução da catedral viseense, ao referir-se à antiga fortificação de Viseu, adianta desde logo uma tipologia de planta baseada nos vestígios ainda evidentes no seu tempo³. As suas palavras registam um complexo arquitectónico em forma de “um quadrado equilátero, com quatro torres nos ângulos e duas outras torres de menor capacidade do que aquelas, no centro, em pequena distância uma da outra”, associando a fortaleza a uma construção proveniente do período romano⁴. Ainda no que diz respeito às torres que constituem a face sul da fortificação, este autor fala da sua alienação enquanto elemento de fortificação, para numa primeira fase a torre sudeste, ser transformada em torre sineira, no episcopado de D. João Homem (1391-1425), e de seguida durante o governo de D. João Gomes de Abreu (1464-1482) a torre sudoeste ser destinada a aljube eclesiástico.

Na verdade este estudo assume real importância, não só por ser a base para os estudos desenvolvidos no século XX, sobre a evolução do espaço arquitectónico da Sé viseense, mas também pelo seu pioneirismo ao avançar com uma tipologia arquitectónica de cariz defensivo conotado com o período romano. Para finalizar, aquele autor criou um cenário composto por uma fortificação que alberga o paço condal, Sé e residência do prior e cónegos.

Coetâneo de Francisco Manuel Correia foi Maximiano de Aragão responsável por um trabalho exaustivo de investigação sobre a história da cidade em diversas variantes. Trabalho este que desde logo difere dos anteriores estudos até então conhecidos, ao corrigir a data da conquista da cidade por Fernando Magno para 1058⁵. Maximiano de Aragão não hesita em inserir a Sé no castelo em vez da fortificação romana, como fez Francisco Correia, e corrobora a opinião deste cónego na localização do paço condal. Deste modo, o panorama não difere muito de autor para autor. Ambos partilham da mesma opinião: a Sé foi edificada dentro de uma estrutura militar complexa que estaria dentro do castelo ou protegida por este em associação com outras estruturas de cariz militar provenientes da época romana.

Do aparato de Amorim Girão saiu, na terceira década do século XX, um trabalho onde fundamenta a origem castreja da cidade tirando partido das vantagens geográficas para a fixação de um povoado, à semelhança dos castros de Santa Luzia e da Senhora do Castro que distam poucos quilómetros

³ Cf. A. de Lucena e Vale, “O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia”, *Beira Alta*, Viseu, vol. 32-1, 1973, pp. 3-49. Lucena e Vale traz à memória o manuscrito de um cónego da Sé de Viseu que nasceu e viveu nesta cidade, entre 1802 e 1882, através do qual esboçou a história de Viseu e a evolução e transformações operadas no Adro da Sé que ele conheceu enquanto cónego.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁵ Cf. Maximiano de Aragão, *Viseu, apontamentos históricos*, Tomo I, Viseu, Typographia Popular, 1894, p. 172. Com base em Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, p. 163, Maximiano de Aragão corrige a data avançada por Manuel Botelho Pereira que propunha a conquistada da cidade de Viseu para o ano de 1038.

de Viseu⁶. Com o decorrer dos tempos, o castro presente nessa colina foi sucessivamente ocupado por povos que por aí passaram, sendo que os romanos deixaram a sua presença mais vincada, nomeadamente com um novo arranjo urbanístico e a construção de muralhas que passaram a envolver a cidade⁷.

Este autor levanta ainda o problema da localização da Sé primitiva, atendendo ao facto de Viseu constituir dignidade episcopal desde o século VI, e pela evidência da população desse tempo ocupar a parte mais baixa da cidade em detrimento do alto da colina, onde existiria apenas um “posto de observação talvez fortificado ou cidadela”⁸. Amorim Girão conclui que a Igreja de S. Miguel do Fetal já existia aquando da reconquista, em 1058, constituindo a primitiva catedral de Viseu. Mais importante ainda é o facto de em torno deste templo se desenvolver um povoado protegido pela muralha da Regueira, e que após a construção da Sé na colina passaria a ser apelidado de cidade velha⁹.

Pelo que fica dito podemos equacionar o seguinte cenário: Amorim Girão faz uma curta referência ao período muçulmano, sabendo nós de antemão que este foi uma realidade em Viseu, ficando por explicar o período que medeia entre o século VI e o século XI, acabando por não justificar o porquê da origem da igreja de S. Miguel fora de muros, tendo a cidade um local propício para a sua instalação como era o alto da colina.

No século XII, o governo condal, na tentativa de afirmação política e religiosa de Viseu, deu início à reformulação do alcácer décadas antes conquistado com a construção da catedral românica em detrimento da primitiva Sé localizada na zona da Regueira por Amorim Girão, transformando agora o alto da colina no coração político e religioso da cidade. Este investigador fala, inclusive, de se construir em simultâneo a Sé e “a fortaleza no alto onde ela assenta”, relacionando-a com uma linha de muralhas para a defesa da catedral, dos paços condal e episcopal que lhe ficavam anexos¹⁰. Por conseguinte, este autor representa o espaço ocupado pela Sé, transferida da zona da Regueira para a colina, em associação com o paço episcopal e residência dos condes, desta feita, envolvida numa cintura de muralhas edificadas aquando da construção de um novo templo.

Por seu turno, para Orlando Ribeiro, a cidade de Viseu terá sido durante largos séculos um povoado sem relevo, acantonado na colina do actual morro da Sé, tendo iniciado a sua ascensão urbana apenas quando foi sede da

⁶ Cf. A. de Amorim Girão, *Viseu: estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 11.

⁷ Cf. Pedro Sobral de Carvalho; e António Cheney, “A muralha Romana de Viseu. A descoberta Arqueológica”, *Murallas de Ciudades Romanas en el occidente del Imperio LVCVS AVGVSTI como paradigma. Actas del congresso internacional celebrado en Lugo en el V aniversario de la declaracion, por la UNESCO, de la Muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*, Lugo, 2007, pp. 729-745.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 34.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 37.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 43.

diocese suevo-visigótica e centro de um território na Reconquista¹¹. Para este geógrafo, a cidade possuía um castelo poderoso de origem romana, capaz de garantir a defesa da catedral, mas que através das sucessivas investidas muçulmanas e cristãs viu-se obrigado a refazer os seus muros para o reforço defensivo da recente diocese sueva e visigótica, da pequena cidade muçulmana, da reconquista e dos primeiros séculos da monarquia portuguesa¹².

No início da década de quarenta do século XX foi dado à estampa o primeiro número da revista *Beira Alta* com o objectivo de fomentar o desenvolvimento do estudo da região e do património da cidade. Será através de Alexandre de Lucena e Vale e dos artigos que publicou nesta mesma revista que a investigação da história local vai conhecer um significativo avanço. Este edita, em 1945, a primeira monografia sobre a catedral de Viseu e faz uma revisão da investigação que tinha sido elaborada até então colocando desde logo determinadas questões, sobretudo em torno da fortaleza romana e do “paço ou alcácer dos governadores de Viseu”, chamando à atenção pela primeira vez para a corrupção do vocábulo *romano*¹³. Isto é, ao falar-se de um castelo romano que protegia a Sé, como tinha sido até então feito pelos primeiros estudiosos do templo viseense, podia-se estar a induzir em erro as gerações seguintes de investigadores, ao confundir-se o período romano, com um castelo Românico, para designar a construção de castelos durante o século XII. Por conseguinte, é preciso ter em consideração que a designação de *românico*, enquanto modo de produção artística, surge apenas em 1816 por Gerville, pelo que é natural que os autores anteriores a este período desconheçam esta designação e atribuam o termo romano¹⁴.

Na tentativa de reconstituição do espaço arquitectónico ocupado pela catedral, Lucena e Vale revela ainda existir um claustro, já no século XIV, no local onde hoje está implantado o Museu de Grão Vasco em oposição a outro espaço claustral existente no lado sul do edifício. Recentemente os dados apurados por Anísio Saraiva vêm confirmar o estudo de Lucena e Vale concluindo-se existir, na



Figura 2. Parte norte da Catedral e a sua envolvência. DGEMN

¹¹ Cf. Orlando Ribeiro, “Ainda em torno das origens de Viseu”, *Beira Alta*, Viseu, vol. 30-4, 1971, pp. 437-443.

¹² Cf. A. de Lucena e Vale, “Em torno das origens de Viseu”, *Beira Alta*, Viseu, vol. 30-2, 1971, pp. 255-260.

¹³ Cf. *Idem*, *A catedral de Viseu*, Viseu, [s.n.], 1945, p. 6.

¹⁴ Cf. Jorge Rodrigues, “O Mundo Românico (séculos XI-XIII)”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, pp. 11-14.

parte norte do complexo onde estava incorporada a residência episcopal um claustro reservado ao bispo, pelo menos desde 1296¹⁵. Ao chegarmos ao final do século XIII encontramos uma nova visão para este espaço: à catedral românica, devemos associar dois claustros, um paço condal e um paço episcopal.

Em 1971, de novo Lucena e Vale publicou outro artigo também para a *Beira Alta*, onde reflectiu sobre a problemática da reconquista da cidade e da origem da fortaleza, relacionando-a com uma construção do período romano e dando um passo atrás em relação ao que já tinha dito¹⁶. Lucena e Vale afirmou ter-se procedido no século XII à remoção da face nascente do quadrado, para a construção dos absidíolos da catedral, enquanto a estrutura restante permanecia com as “suas quatro torres revestindo o aspecto de fortaleza”¹⁷. Continuou este autor a realçar a destruição de “um muro largo ante a porta da see” que cortava ao meio o adro actual, e fechava o quadrilátero, para com esta pedra se dar início à construção de um mosteiro¹⁸.

Curiosa e interessante reflexão desenvolveu António Cruz, em 1986, alertando para a fraca intervenção da arqueologia no apuramento da verdade sobre as origens de Viseu¹⁹. Em tom de crítica refere que a Sé é um exemplo que carece de uma intervenção arqueológica e remata: “pouco ou nada se sabe sobre o templo que existiu na colina onde hoje se encontra a catedral que conhecemos, pouco ou nada se sabe sobre os outros edifícios que aí se edificaram”²⁰. Hoje em dia o mesmo não se passa, já existem algumas informações relativas ao passado arqueológico de Viseu, embora, ainda restem dúvidas, talvez provocadas por uma incorrecta interpretação dos dados arqueológicos²¹.

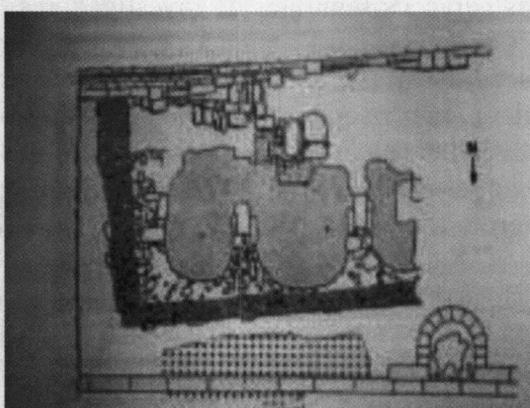


Figura 3. Desenho arqueológico onde se revela as absides da basílica paleocristã.
Revista Monumentos nº 13.

¹⁵ Cf. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “A Sé um templo em transformação”, in *Monumentos de Escrita. 400 Anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230-1639)*, Roteiro da exposição, Viseu, IMC/MGV, 2008, p. 39. O claustro norte foi reservado a panteão funerário dos bispos D. João Peres (1179-1192), D. Mateus Martins (1254-1287) e D. Egas (1288-1313), sendo que no século XVI, durante o episcopado de D. Jorge de Ataíde, as lápides seriam transferidas para o interior do templo junto da capela-mor e da capela de S. Pedro.

¹⁶ Cf. A. de Lucena e Vale, “O castelo romano de Viseu”, *Beira Alta*, Viseu, vol. 30-2, 1971, pp. 215-226.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 221.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 220.

¹⁹ Cf. António João de Carvalho da Cruz, “Em torno das origens de Viseu (notas arqueológicas)”, *Beira Alta*, Viseu, vol. 45 – 1/2, 1986, pp. 145-180.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 148.

²¹ A arqueologia viseense conheceu na década de noventa do século XX um importante avanço no que concerne a

Aquele investigador no seu estudo, e ao citar o arqueólogo José Coelho para referenciar os achados de machados de pedra colhidos no Adro da Sé, atribui fundamento à teoria elaborada por Amorim Girão, da génese do espaço onde se veio implantar a catedral residir numa época pré-histórica²². E reforça essa tese ao afirmar que no castro de Viseu não houve a ruptura de povoamento como a que se verificou nos castros de Santa Luzia e da Senhora do Castro²³. Refere, ao analisar a questão levantada pela já tão mencionada fortificação romana, a possibilidade da corrupção do vocábulo romano, e formula ainda a seguinte questão: seria possível que em Viseu tivesse existido três posições fortificadas? A fortificação da Sé, a Cava de Viriato e a envolvência da Regueira? E a essas perguntas nós acrescentamos outra: de que modo elas coexistiram?

A arqueologia através dos seus resultados constitui um instrumento precioso para uma construção linear da história, pese embora só a partir do final da década de oitenta tenha começado a dar os primeiros passos na cidade de Viseu.

Deste modo, as escavações levadas a cabo pelo arqueólogo João Inês Vaz, no final da década de oitenta, na praça D. Duarte, junto do muro e da torre que constituem o complexo arquitectónico da catedral, vêm revelar importantes dados que permitem constituir de forma mais detalhada a história deste espaço. A escavação culminou com o aparecimento do que tudo indica ser a basílica paleocristã, constituída por três absides de arco ultrapassado, sendo que a central se destaca das demais²⁴. Segundo Inês Vaz, esta construção terá sido erigida como o reaproveitamento de materiais da época romana visíveis nos cunhais que constituíam aquela estrutura. Foi também identificado um muro exterior às absides, talvez pertencente à casa do guarda que até à década de trinta do último século existiu no local. Em 1989, foi identificado no ângulo nordeste um lajeado eventualmente relacionado com uma torre árabe existente no local, no entanto, após o seu desmantelamento os silhares integraram a muralha construída durante a Idade Média. De seguida, em 1991, numa zona fronteira à basílica, um pouco mais para o interior da praça D. Duarte, colocou-se a descoberto um forte muro que separava a basílica da necrópole também aí encontrada.

Porém, esta matéria suscita inúmeras dúvidas: se realmente as absides descobertas pertencerem a uma basílica paleocristã, como se explica o facto

investigações arqueológicas, foram trazidos à luz vestígios das muralhas romanas, na Rua Formosa e no Largo de Santa Cristina, permitindo fazer uma reconstituição do que terá sido o perímetro amuralhado da cidade romana. A tese de doutoramento elaborada por João L. Inês Vaz, *A civitas de Viseu: espaço e sociedade*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2 vols., 1993, constitui outro elemento para o conhecimento da arqueologia viseense.

²² Cf. António João de Carvalho da Cruz, "Em torno das origens de Viseu"..., p. 154.

²³ *Idem, ibidem*, p. 170.

²⁴ Cf. João L. Inês Vaz e Luís Raposo, *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*, Viseu, Governo Civil – MNA, 2000, pp. 183-184.

de a sua orientação ser de Sul/Norte, em vez da tradicional Nascente/Poente? Estaremos perante um caso excepcional? Dos mencionados vestígios árabes, o que podemos concluir? Que existiu ali uma construção daquele período? Assim sendo pode estar aqui uma resposta à pergunta inicial deste trabalho acerca de uma eventual empresa construtiva durante a ocupação sarracena. E o muro que separa a basílica da necrópole, em que circunstâncias podemos compreender a sua existência?

Por outro lado, sem documentos não se faz história e, estamos em crer que uma análise cuidada às fontes medievais nos permite começar a analisar criticamente as propostas até agora apresentadas.

Com efeito data de 1188 a primeira referência escrita, daquele que tem sido para a historiografia um enigma: o castelo de Viseu²⁵. Questiona-se sem grande precisão a sua localização, a sua forma e a sua origem, mas agora as fontes documentais permitem esclarecer esta situação.

A presença dos condes D. Henrique e D. Teresa em Viseu durante a primeira década do século XII foi o motor de arranque para uma revolução arquitectónica, em particular com a edificação do castelo. Este acompanha o advento das fortificações românicas que devido às suas características foram concebidas para uma “defesa passiva”, em substituição dos castelos roqueiros de acentuada fragilidade dada a constituição dos seus materiais²⁶. O castelo, enquanto estrutura arquitectónica fortificada, é habitualmente erigido numa posição elevada e dominante²⁷. A sua estrutura é normalmente formada por uma potente cintura

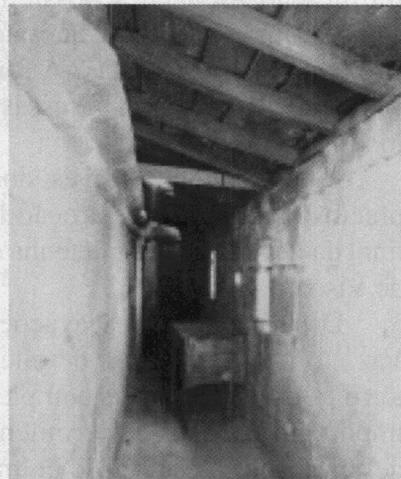


Figura 4. Caminho de ronda da fortaleza viseense. DGEMN

²⁵ 1188, Julho ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Sé de Viseu, Documentos Particulares, m.5, n.6. Agradecimento especial a Anísio Miguel de Sousa Saraiva por nos facultar o acesso à documentação para a realização deste artigo.

²⁶ Cf. Mário Jorge Barroca, *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séculos XI e XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, p. 9.

²⁷ Cf. Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. 1, Beira, 2^a Edição, Lisboa, 2001, p. 37. Esta autora faz uma análise dos castelos que compunham a fronteira do território português e refere que para o período medieval podemos encontrar dois tipos de castelos: primeiro, uma construção fortificada, simples, composta por uma torre rodeada ou não por um pequeno recinto, no interior da qual não se encontra casas de habitação, nem redes viárias, ou seja, os muros ou muralhas não rodeavam uma localidade mesmo que à sombra protectora da fortificação se tenha originado um núcleo de povoamento de maior ou menor dimensão, cujos habitantes se podiam refugiar no castelo em tempo de guerra. A segunda característica diz respeito a uma estrutura mais complexa, geralmente associada às localidades que são sedes de territórios, e na qual podemos distinguir dois espaços diversos: o castelo propriamente dito, circundado por um recinto mais exíguo de muros, muitas vezes com saída directa para o exterior; e o espaço rodeado por muralhas, no interior dos quais se expande a localidade, com as suas ruas e praças, igrejas e casas de morada.

de muralhas com ameias, dispondo-se ao longo da muralha as torres de vigilância ligadas entre si por uma passagem denominada de caminho de ronda. Dentro das muralhas do pátio erguia-se uma torre fortificada que constituía a parte mais segura do complexo. A principal inovação do castelo românico está expressa na torre de menagem, que em Portugal data da primeira metade do século XII, talvez por influência dos cavaleiros franceses que, a partir de 1096 e em diversas ocasiões, participaram no auxílio ao conde D. Henrique e posteriormente a D. Afonso Henriques, na empresa da Reconquista.

Todavia os finais do século XII e a primeira metade da centúria seguinte constituíram um período crucial na definição tipológica da arquitectura militar. Por esta altura surgem as primeiras soluções góticas, baseadas no conceito de defesa activa²⁸. O castelo vai ser dotado de uma estrutura que permitia um contra-ataque em segurança e uma maior resistência aos cercos. Em Portugal só a partir do reinado de D. Afonso III se verificará a assimilação destas novidades, sendo concretizadas apenas com D. Dinis na reforma das estruturas defensivas do reino realizada com particular incidência entre os anos de 1290 a 1310²⁹.

As alterações estruturais passam por um reforço das portas, agora enquadradas por dois torreões, pela multiplicação de torres ao longo do pano de muralha. Talvez a principal inovação resida na colocação da torre de menagem, que através do conceito de defesa activa se converte num dispositivo solidário no conjunto em que se integra, deslocando-se para junto da muralha e aproximando-se das zonas onde a defesa era mais sensível e difícil.

A construção do castelo viseense foi necessária para a consolidação da defesa do território. Os condes estabeleceram-se em Viseu porque a fronteira estava localizada perto das margens do Mondego, e caso fosse necessário, os contingentes militares rapidamente alcançariam a linha da frente para dar continuidade ao avanço territorial.

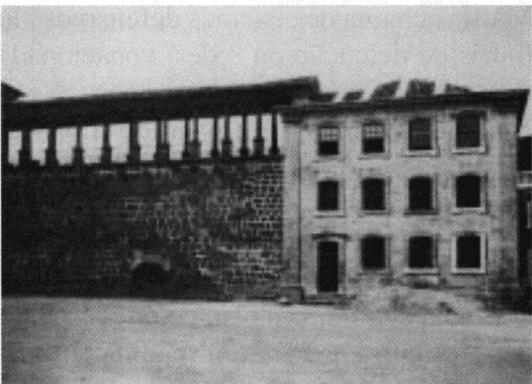


Figura 5. Vista do Adro da Sé aquando das intervenções levadas a cabo pela DGEMN.
DGEMN

²⁸ Cf. Mário Jorge Barroca, "Arquitectura militar", in *Nova história militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 116.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 117.

Por conseguinte, as estruturas defensivas já existentes na cidade deviam estar muito debilitadas pelas vicissitudes da Reconquista, e a construção do castelo tornou-se prioritária, isto porque o espaço fora entretanto ocupado pela Sé e paço condal e a cidade não possuía uma cerca para a defesa de um local tão importante como passou a ser a colina.

Outro factor que pode concorrer para a construção do castelo está diretamente relacionado com as recém criadas circunscrições – as terras – de dimensões mais reduzidas que as suas antecessoras, as civitates, e o consequente facto do aumento da importância de algumas estruturas fortificadas, como foi o caso de Viseu. A existência de uma fortificação, que fora reaproveitada para a construção do paço condal e da catedral, imprimiu uma nova funcionalidade ao espaço. A edificação do castelo vai alcançar uma grande importância para a defesa do interior do território português numa localização de nordeste para sudoeste, de modo a proteger o território de uma incursão proveniente de leste ou do sul, constituindo a par de outras, a linha mais exterior de três que defendiam o território³⁰. Mais interessante ainda, é verificar como se encontrava o castelo viseense rodeado de fortificações, aquilo a que Miguel Martins chama de sistemas defensivos “locais” e “regionais” estruturadas em linhas de detenção ou redes, vocacionadas para a defesa dos principais centros urbanos do reino³¹. Neste caso, Viseu afirmava-se nos inícios do século XII como um centro urbano de importância relativa, e a proteger a cidade encontravam-se os castelos de Penedono, Trancoso, Sernancelhe, Aguiar da Beira, Penalva, Tavares, Besteiros e Santa Comba. Porém a maioria destas estruturas foi desmantelada porque a sua importância estratégica foi enfraquecendo à medida que o avanço da Reconquista se efectuou.

Por conseguinte a documentação medieval vai enriquecer a pouca informação que nos chegou até hoje sobre o castelo. Assim, em 1370, e no contexto da primeira guerra Fernandina, sabemos ter D. Fernando doado ao concelho da cidade o alcácer e o castelo



Figura 6. Torre de Menagem do Castelo de Viseu. DGEMN

³⁰ Cf. Miguel Gomes Martins, *Para Bellum, organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, FLUC, 2007, pp. 395-396.

³¹ *Idem, ibidem*, pp. 396-397.

para que fossem reparados com intenção de prover a sua defesa, à qual o concelho alegou não o poder fazer por si só, porque a “see da dicta cidade e em hum com o dito castelo”³².

No reinado de D. João I, no ano de 1392, a documentação refere que o rei doou à Sé o castelo “que agora é derribado” para no adro se fazer um cemitério³³. Na mesma data o rei de *Boa Memória* concede ao bispo D. João Gomes de Abreu “a torre grande que sta junto com a see” para nela ser feito o aljube³⁴.

Para finalizar, em 1434 é emanado um documento da chancelaria de D. Duarte que nos ajuda a esclarecer quanto à localização do castelo, ao dizer que o muro e alicerces se encontram em frente da porta da Sé “onde soya estar o castelo”, assim como da porta do miradouro parte outro alicerce para o castelo³⁵. Isto permite ter a percepção da configuração desta estrutura que se estendia sensivelmente para o Adro da Sé.

Hoje em dia nada resta do castelo a não ser a torre de menagem que sobreviveu graças à sua adaptação a aljube eclesiástico. Contudo o seu desaparecimento justifica-se pelo facto referido anteriormente e que diz respeito à crescente perda de importância da estrutura na organização do território, assim como, a um total alheamento da Coroa na manutenção dessa estrutura, que acrescido à anarquia causada pelas guerras fernandinas conduziu ao inevitável derrube do castelo³⁶.

Portanto, cremos estar em condições de começar a esclarecer algumas das dúvidas levantadas pela historiografia viseense. Deste modo fica documentado a existência do castelo românico que ocupava o Adro da Sé com a sua torre de menagem localizada na actual praça D. Duarte, talvez por esta ser a zona mais sensível em caso de ataque, visto que o local onde hoje se implanta a igreja da Misericórdia ser na época terreno aberto e abrupto, que por si só garantia a defesa do espaço. Isto permite clarificar o pensamento de Amorim Girão ao referir, sem identificar, a construção de uma nova fortaleza junto com a Sé, que agora podemos afirmar, sem dúvida, ser o castelo. Com a mesma certeza não podemos afirmar que o muro identificado pelas escavações na praça D. Duarte, e que delimita a basílica da necrópole, esteja relacionado com esta fortificação, mas tudo leva a crer que sim, devido à

³² 1370 (16 de Fevereiro Fontelo) ADVIS (Arquivo Distrital de Viseu), Pergaminhos, m. 29, n. 83; cf. artigo de Anísio Miguel de Sousa Saraiva publicado nestas mesmas actas.

³³ 1392 (26 de Fevereiro, Viseu); cf. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. e rev. João Alves Dias, vol. 3, T. 1, doc. 592, pp. 304-305.

³⁴ 1392 (27 de Fevereiro, Viseu); Cf. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. e rev. João Alves Dias, vol. 3, T 1, doc. 594, pp. 305-306.

³⁵ 1434 (17 de Abril, Almeirim), cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, org. João Alves Dias, vol. 1, T. 1, Lisboa, CEH-UNL, 1998, doc. 594, pp. 352-353.

³⁶ Cf. artigo de Anísio Miguel de Sousa Saraiva publicado nas actas destas Jornadas.

estrutura que aparenta no desenho arqueológico e que reporta para um muro do período românico³⁷.

Outra questão prende-se com o que ficou em aberto desde início do trabalho e que torna o panorama aqui retratado ainda mais complexo e diz respeito à presença muçulmana no território viseense.

Voltemos à documentação para um melhor esclarecimento dos factos. Em 1291, surge uma referência documental ao termo alcácer, quando D. Dinis autoriza o bispo D. Egas a erguer um muro com porta no alcácer da cidade³⁸. A etimologia de “Alcácer” reporta-nos para um termo de origem árabe que indica um palácio ou cidadela fortificada.

Para consolidar estas ideias, Helena Catarino vai associar fragmentos de cerâmica encontrados nas escavações recentemente realizadas nas obras de remodelação do Museu de Grão Vasco, ao período Califal e reino das taifas, correspondendo *grosso modo* aos séculos X e XI³⁹. Ainda assim, refere que continua por elaborar uma análise de outros vestígios apurados para inícios da conquista muçulmana durante o século VIII e a presúria cristã de meados do século seguinte. Na continuidade deste seu estudo, Helena Catarino realça ainda as campanhas dirigidas por Almansor a partir de Viseu, entre 988 e 997 contra Leão, Astorga e Santiago de Compostela⁴⁰. O que concorre para corroborar a importância estratégica de Viseu do ponto de vista defensivo, talvez por esta cidade reunir as condições militares necessárias para acolher significativos contingentes. Uma outra recente reflexão, desta feita por parte de Jorge de Alarcão, sobre a Cava de Viriato, aponta a hipótese de Almansor ter-se servido de uma estrutura militar previamente desenvolvida da época em que o rei Ramiro II estanciou com a sua corte em Viseu, entre 926 e 931, antes de regressar a Leão⁴¹. A entrada de Almansor na Galiza foi preparada minuciosamente com uma boa rectaguarda defensiva no centro e norte de Portugal sendo a região de Viseu e Lamego os seus pontos de apoio⁴².

Com o território aparentemente consolidado procede-se à sua organização administrativa, na qual Viseu se insere na designada Marca Inferior

³⁷ Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura militar”, in *Nova história militar de Portugal...*, p. 106. Este autor esclarece as características da muralha românica: construção feita por cofragem, isto é, constituída por silhares, que formam as duas faces do muro, e com o interior preenchido com blocage – cascalho ou pedra miúda, saibro, restos de construção, etc. Os silhares são normalmente colocados de forma alternada, de testa e de peito, para permitir uma maior solidariedade dos seus componentes. O desenho arqueológico apresentado na figura 3 corresponde a estas características, daí poder-se fazer esta associação.

³⁸ 1291 (12 de Fevereiro, Coimbra) ANTT, Tombo Velho da Sé de Viseu, fl. 53v.

³⁹ Cf. Helena Catarino, “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Fernandes, Palmela, Câmara Municipal - FLUP, 2005, pp. 199-203.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 200.

⁴¹ Cf. Jorge de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 9-1, 2006, pp. 131-147.

⁴² Cf. Helena Catarino, *O Algarve oriental...*, p. 63.

com capital em Mérida e posteriormente em Badajoz sendo uma região povoada maioritariamente por moçárabes e exércitos berberes. No que diz respeito a uma estratégia geopolítica, a região entre o Douro e o Mondego vai ser uma linha fronteiriça construída durante o período emiral e califal. O triângulo composto por Viseu – Lamego – Trancoso assim como o baixo Mondego destacam-se pela importância na defesa do território muçulmano e ao mesmo tempo, como pontos de partida para as razias efectuadas na região da Galiza⁴³.

Ainda sobre o que foi a ocupação muçulmana no território português, Christophe Picard tece importantes considerações sobre a região de Viseu, a propósito da reconquista levada a cabo por Afonso I (739-757) nas regiões de Chaves, Tuy, Braga, Porto e Viseu já ocupadas *moins d'un demi siècle par les musulmans*⁴⁴. Novamente esta referência cronológica concorre para a datar de uma forma mais precisa a chegada dos invasores a esta região. Para defender a cidade de Coimbra das incursões cristãs este autor refere que Viseu a par das regiões interiores da Serra da Estrela constituíam, pela sua posição geográfica, um importante escudo protector, e uma vez derrubados estes pontos difficilmente Coimbra estaria na posse dos muçulmanos por muito mais tempo⁴⁵.

No entanto, a bibliografia refere-nos ter existido em Viseu uma fortificação que formava um quadrado equilátero com quatro torres nos ângulos e que se foi desmantelando, numa primeira fase o lado nascente do quadrado, através da construção dos absíolos da catedral e, numa segunda fase, com a destruição do muro que cortava ao meio o adro da Sé e fechava o quadrilátero.

Acerca das fortificações árabes escreveu ainda Helena Catarino, e de acordo com a terminologia de Alcácer citada na documentação medieval, que esta correspondia a um reduto fortificado onde vivia uma guarnição militar importante e o governador da cidade⁴⁶. Com efeito, estabelecemos

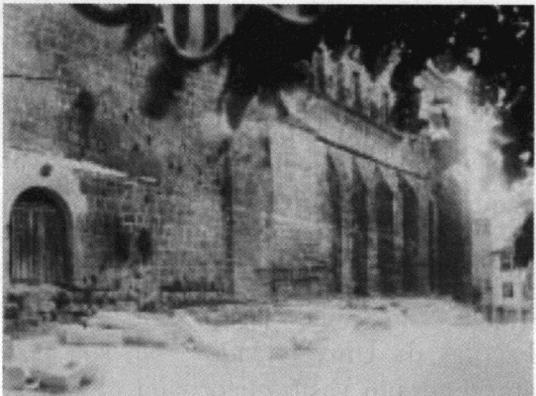


Figura 7. Plano sul da fortaleza medieval com uma porta que dava acesso para o Adro da Sé. DGEMN

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 113.

⁴⁴ Cf. Christophe Picard, *Le Portugal Musulman...*, p. 27.

⁴⁵ Este autor refere o seguinte: "Parmi les nombreuses forteresses attribuées para al-Rāzi à la Serra da Estrela et dépendentes de Coimbra figurent assurément Seia e Viseu, deux places importantes de la région Entre Douro e Minho", *Idem, ibidem*, p. 154.

⁴⁶ Cf. Helena Catarino, *O Algarve oriental...*, p. 584.

uma relação a este período a partir da etimologia e tipologia de planta acima referida. Convém ter em conta que desde meados do século IX para além de reconstruções urbanas e fundações de cidades se começam a construir diversos castelos, que seguiriam as influências orientais sírio-palestinianas e bizantinas do norte de África, adquirindo uma tipologia de planta quadrangular ou rectangular⁴⁷.

Todavia o mais recente estudo sobre a arquitectura militar do período islâmico foi elaborado por António Filipe Pimentel, onde revela ter estado o alcácer da cidade de Coimbra no local onde hoje se encontra o Paço das Escolas da Universidade⁴⁸. Na sua planimetria a construção de Coimbra apresenta um vasto quadrilátero quase regular provido de torres circulares. Sendo possível estabelecer uma filiação em relação a uma tipologia particular de palácios fortificados do Próximo Oriente de planta quadrangular.

Na Península Ibérica, a introdução do modelo de planta quadrangular terá tido a sua proveniência em Mérida, por volta de 835, durante o reinado de Abderramão II. Este modelo foi sucessivamente aplicado a uma escala reduzida nos castelos de El Vacar e Trujillo enquanto em solo luso o castelo Velho de Alcoutim e o castelo das Relíquias são o exemplo da adopção deste tipo de planta.

Por outro lado, verifica-se que o modelo disseminado a partir de Mérida vai ser aplicado também em Mértola já no século XI quando esta foi por algum tempo sede de uma pequena taifa⁴⁹.

Por conseguinte todos estes estudos concorrem para o reforço da ideia da presença de um núcleo muçulmano em Viseu, não só pelos vestígios identificados por Helena Catarino, mas também pelo termo de comparação que o Alcácer de Coimbra constitui, como sendo até ao momento o caso mais bem estudado da região centro.

Todavia a transformação do Alcácer processa-se a partir do momento que a cidade é reconquistada aos muçulmanos, em 1058. Não imediatamente mas quando os condes D. Henrique e D. Teresa se encontram na cidade, durante a primeira década do século XII, dando início à reestruturação da fortificação, construindo nela um castelo, a Sé românica e o paço condal. Mas as circunstâncias da Reconquista rapidamente relegaram para segundo plano o castelo que perdeu gradualmente importância dentro do cenário político e militar de então.

Podemos concluir, que Viseu foi um pêndulo dentro do jogo político constituído pela guerra da conquista e reconquista com um papel importante,

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 60.

⁴⁸ Cf. António Filipe Pimentel, “O Alcácer de Qulumryya”, in *A Morada da Sabedoria*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 133-186.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 148.

isto é, quando esteve do lado árabe foi uma rampa de lançamento para atacar centros vitais da cristandade sediados a norte, e quando esteve do lado cristão, foi uma importante via de penetração para a conquista de Coimbra.

Portanto, o Alcácer e o castelo de Viseu dão início, entre os séculos XII e XIV a uma metamorfose que se prolonga pelas centúrias seguintes e que envolve para além destas estruturas, todo o espaço urbano de Viseu conferindo-lhe uma traça única e que só vai conhecer o seu *terminus* séculos mais tarde.